

**ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E NECROPOLÍTICA: A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA COMO PROJETO DE MORTE SOCIAL E ECOLÓGICA**

**ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN Y NECROPOLÍTICA: LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO EN EL MATOPIBA COMO PROYECTO DE MUERTE SOCIAL Y ECOLÓGICA**

**ACCUMULATION BY DISPOSSESSION AND NECROPOLITICS: AGRIBUSINESS EXPANSION IN MATOPIBA AS A PROJECT OF SOCIAL AND ECOLOGICAL DEATH**



Daniel Féo Castro de ARAUJO<sup>1</sup>  
e-mail: daniel.feo@gmail.com



Fernando Luiz Araújo SOBRINHO<sup>2</sup>  
e-mail: flasobrinho@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

ARAUJO, Daniel Féo Castro de; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. Acumulação por espoliação e necropolítica: a expansão do agronegócio no Matopiba como projeto de morte social e ecológica. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 10, n. 00, e026004, 2026. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2026.11184.



| **Submetido em:** 23/08/2025  
| **Revisões requeridas em:** 08/01/2026  
| **Aprovado em:** 27/01/2026  
| **Publicado em:** 22/04/2026

---

**Editores:** Prof. Dr. Nécio Turra Neto  
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília (UNB), Brasília – Distrito Federal (DF) – Brasil. Pós-doutorado em Geografia. Doutor em Geografia Humana pela mesma instituição.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília (UNB), Brasília – Distrito Federal (DF) – Brasil. Professor Associado IV.

---

**RESUMO:** Este artigo analisa a expansão do agronegócio no Matopiba como um projeto político-econômico fundado na acumulação por espoliação e na necropolítica, que produz morte social e ecológica. O objetivo geral é demonstrar como essa modernização seletiva reconfigura o território mediante degradação ambiental e violência sistêmica. O problema estudado é como esse modelo naturaliza a exclusão como pilar do “desenvolvimento”. A matriz teórica articula esses conceitos, potencializando a análise. A metodologia combina análise geoespacial (QGIS) de dados do IBGE, INPE e Agrosatélite (2000-2021) com análise documental. Os principais resultados mostram que o Matopiba concentra 2/3 do desmatamento recente no Cerrado, é epicentro de conflitos fundiários e de trabalho análogo à escravidão, e evidencia especulação fundiária. As conclusões confirmam a região como um “estado de exceção” territorial. Como proposta de intervenção, defende-se um Zoneamento Ecológico-Econômico participativo e a vinculação do crédito rural ao cumprimento socioambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira agrícola. Conflitos socioambientais. Desmatamento especulativo. Governança fundiária. Territorialização do capital.

***RESUMEN:** Este artículo analiza la expansión del agronegocio en la región del Matopiba como proyecto político-económico fundado en la acumulación por desposesión y la necropolítica, que produce muerte social y ecológica. El objetivo general es demostrar cómo esta modernización selectiva reconfigura el territorio mediante degradación ambiental y violencia sistémica. El problema estudiado es cómo este modelo naturaliza la exclusión como pilar del “desarrollo”. La matriz teórica articula estos conceptos, potenciando el análisis. La metodología combina análisis geoespacial (QGIS) de datos del IBGE, INPE y Agrosatélite (2000-2021) con análisis documental. Los resultados más importantes muestran que el Matopiba concentra 2/3 de la deforestación reciente en el Cerrado, es epicentro de conflictos de tierra y trabajo esclavo, y evidencia especulación de tierras. Las conclusiones confirman la región como un “estado de excepción” territorial. Como propuesta de intervención, se defiende un Ordenamiento Ecológico-Económico participativo y vincular el crédito rural al cumplimiento socioambiental.*

***PALABRAS CLAVE:** Frontera agrícola. Conflictos socioambientales. Deforestación especulativa. Gobernanza de la tierra. Territorialización del capital.*

***ABSTRACT:** This article analyzes the expansion of agribusiness in the Matopiba region as a political-economic project based on accumulation by dispossession and necropolitics, producing social and ecological death. The main objective is to demonstrate how this selective modernization reconfigures the territory through environmental degradation and systemic violence. The problem studied is how this model naturalizes exclusion as a pillar of “development.” The theoretical framework articulates these concepts, thus deepening the analysis. The methodology combines geospatial analysis (QGIS) of IBGE, INPE, and Agrosatélite data (2000-2021) with document analysis. Key results show that Matopiba concentrates 2/3 of recent Cerrado deforestation, is the epicenter of land conflicts and slave labor, and evidence of land speculation. Conclusions confirm the region as a territorial “state of exception”. As a proposal of intervention, we advocate for participatory Ecological-Economic Zoning and linking rural credit to socio-environmental compliance*

***KEYWORDS:** Agricultural frontier. Socio-environmental conflicts. Speculative deforestation. Land governance. Capital territorialization.*

---

## Introdução

O Cerrado brasileiro, reconhecido por sua biodiversidade e relevância hídrica, vem passando por um processo acelerado de transformação sob a lógica do agronegócio globalizado, exemplificando o que Busca (2024) denomina uma modernização socialmente desigual e espacialmente seletiva. Essa dinâmica manifesta-se de forma particularmente intensa no Matopiba, recorte territorial que abrange porções dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, uma região que concentra 44,61% das áreas cultivadas do país (IBGE, 2020) e apresenta taxas de desmatamento que superam a média do bioma Cerrado (PRODES-Cerrado/INPE). Institucionalizado como fronteira estratégica de expansão agrícola, o Matopiba constitui-se como um território planejado para a incorporação de grandes investimentos, infraestrutura logística e inovações técnico-científicas voltadas prioritariamente à produção de *commodities* agrícolas para o mercado global (Araújo; Araújo Sobrinho, 2025a).

Nesse processo, o território é funcionalizado como Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), conforme proposto por Elias (2011) e aprofundado por Castilho *et al.* (2016), Castillo e Bernardes (2019) e Elias (2024), caracterizando-se pela intensa aplicação de tecnologias, capital e infraestrutura para a produção em larga escala. Tal racionalidade privilegia o valor econômico da terra em detrimento de outras formas de uso e apropriação do espaço, subordinando práticas agrícolas tradicionais e modos de vida historicamente constituídos no Cerrado (Araújo; Araújo Sobrinho, 2025b). Embora esse modelo impulse os indicadores econômicos do agronegócio, beneficiando grandes produtores, agroindústrias e *traders* globais, ele também aprofunda a degradação ambiental e intensifica a marginalização de comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O resultado desse processo é a consolidação de um cenário marcado pela crescente concentração fundiária, pelo agravamento dos conflitos socioambientais e pela expulsão de populações vulneráveis de seus territórios (Oliveira, 2024). Como demonstra Alves (2022), essa exclusão não constitui um efeito colateral do crescimento, mas um elemento estrutural de um sistema que opera por meio da acumulação por espoliação (Harvey, 2005), no qual o progresso de determinados agentes econômicos se sustenta sobre a expropriação material e simbólica de outros. Nesse sentido, a própria noção de “atraso” atribuída às comunidades camponesas, indígenas e tradicionais deve ser compreendida como uma consequência deliberada da modernização seletiva que orienta a expansão do agronegócio no Cerrado (Busca, 2024, Araújo; Sobrinho, 2025a).

Apesar de ser frequentemente tratada como uma região homogênea, o Matopiba apresenta expressiva heterogeneidade interna, tanto do ponto de vista histórico quanto geográfico. Áreas como o oeste da Bahia revelam processos mais consolidados de mecanização agrícola, financeirização da terra e integração aos circuitos globais de *commodities*, enquanto porções do sul do Maranhão, do Piauí e do Tocantins concentram dinâmicas mais recentes de abertura de fronteira, frequentemente associadas à conversão direta de vegetação nativa, à especulação fundiária e a conflitos territoriais. Essa diferenciação evidencia que a expansão do agronegócio no Cerrado ocorre de maneira desigual, combinando regiões agrícolas já consolidadas com novas fronteiras de incorporação territorial, produzindo espacialidades contraditórias e temporalidades sobrepostas.

Diante desse cenário, o problema central que este artigo se propõe a investigar é: como a expansão do agronegócio no Matopiba, articulada às lógicas da acumulação por espoliação e da necropolítica, produz e naturaliza a degradação ambiental e a exclusão socioespacial como elementos constitutivos de seu projeto de desenvolvimento? A pesquisa responde a esse questionamento ao demonstrar, através de análises geoespaciais e de dados socioeconômicos, que a aparente racionalidade técnica e econômica do agronegócio encobre uma violência estrutural que redefine o território, onde o crescimento econômico para poucos se sustenta sobre a destruição ambiental e a morte social de muitos.

Esta pesquisa propõe-se a analisar a expansão do agronegócio na região do Matopiba como um processo geográfico contraditório, estruturado pela lógica da acumulação por espoliação (Harvey, 2005) e da necropolítica (Mbembe, 2016). Objetiva-se demonstrar como esse modelo de modernização seletiva e socialmente desigual (Busca, 2024), apoiado pelo Estado e orientado para o mercado global de *commodities* (Araújo; Araújo Sobrinho, 2025a), produz, simultaneamente: 1) uma reconfiguração territorial marcada pela concentração fundiária, financeirização da terra e formação de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs); 2) uma dinâmica ambiental destrutiva, com desmatamento concentrado e conversão acelerada de ecossistemas do Cerrado; e 3) uma violência socioespacial sistêmica, que se manifesta na expropriação de comunidades tradicionais, no agravamento de conflitos fundiários, na exploração do trabalho análogo à escravidão e na letalidade rural.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se na análise de dados quantitativos provenientes de fontes oficiais públicas. Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizaram-se informações do Censo Agropecuário de 2017 para examinar a distribuição e a concentração das áreas cultivadas de soja, com recorte espacial para o bioma

Cerrado e para o Matopiba, adotando-se os municípios como unidade de análise. Do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram empregados os dados do programa PRODES-Cerrado, que monitora o desmatamento por corte raso no bioma, com resolução espacial de 30 metros e séries temporais entre 2001 e 2020. Complementarmente, incorporou-se a base de dados da Agrosatélite Geotecnologia Aplicada (2021), que mapeia a expansão da soja no Cerrado entre as safras de 2000/01 e 2020/21, permitindo a comparação entre o Matopiba e os demais estados do bioma.

As análises geoespaciais envolveram procedimentos de sobreposição temática (overlay) para o cruzamento entre uso do solo e desmatamento, cálculo de taxas anuais de conversão e elaboração de mapas de concentração espacial. Estatisticamente, aplicaram-se análises descritivas (médias e percentuais) e regressão linear simples para identificação de tendências temporais de expansão agrícola e degradação ambiental. Todos os processamentos foram realizados no software QGIS (versão 3.22), assegurando a reprodutibilidade dos resultados.

Por fim, o artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a primeira seção discute o avanço do agronegócio no Cerrado a partir da noção de modernização seletiva e da constituição de fronteiras agrícolas contemporâneas, destacando as diferenças entre regiões consolidadas e novas áreas de expansão. A segunda seção apresenta os resultados da análise geoespacial da expansão da soja e do desmatamento, comparando o comportamento do Matopiba com o dos demais estados do bioma. A terceira seção examina as contradições socioambientais desse processo, com ênfase na especulação fundiária, nos conflitos territoriais e na violência no campo. As considerações finais sintetizam os principais achados e discutem alternativas de reorientação da governança territorial.

### **Modernização seletiva e espaços contraditórios: expansão do agronegócio na fronteira do Matopiba**

A reorientação neoliberal da agricultura brasileira, a partir dos anos 1990, passou a priorizar o agronegócio globalizado em detrimento dos sistemas locais de produção e da agricultura familiar (Araújo; Araújo Sobrinho, 2022). Essa opção política compromete a soberania alimentar, entendida como a capacidade dos povos e territórios de definir seus próprios sistemas agroalimentares, e fragiliza a segurança alimentar ao subordinar o abastecimento interno às flutuações do mercado internacional e à lógica da produção de *commodities* (Oliveira, 2016). Nesse contexto, consolida-se um modelo que Ioris (2016, 2017)

denomina agroneoliberalismo, no qual as políticas agrícolas e alimentares passam a ser orientadas prioritariamente pelos interesses do mercado, deslocando o foco da produção de alimentos para o consumo interno em favor da exportação. Essa racionalidade reforça uma agenda transnacional que negligencia demandas locais por acesso regular a alimentos, preservação ambiental e reconhecimento cultural, aprofundando desigualdades territoriais (Romero; Oliveira; Romero, 2018). Amparada em paradigmas históricos como a Revolução Verde (Mazzali, 2000; Delgado, 2012), essa trajetória foi marcada por alianças entre oligarquias rurais e setores urbano-industrializados (Moreira, 2013), consolidando arranjos institucionais que perpetuam estruturas de exclusão socioeconômica e limitam a autonomia dos territórios frente às dinâmicas globais do agronegócio (Araújo; Araújo Sobrinho, 2022).

É nesse quadro mais amplo que se insere a transformação do Cerrado em fronteira agrícola, processo que evidencia de forma aguda as contradições da globalização. O avanço seletivo do agronegócio concentra-se no Matopiba, região responsável por 44,61% da área cultivada no país (IBGE, 2020), onde a mecanização intensiva converte o bioma em zona de produção de *commodities* por meio da substituição direta de ecossistemas nativos, processo que Busca (2024) identifica como “destruição criativa<sup>3</sup>”. Enquanto grandes produtores e agentes integrados aos circuitos globais de comercialização se beneficiam, agricultores familiares e comunidades tradicionais são progressivamente marginalizados, aprofundando desigualdades sociais e territoriais. Moldada por redes técnicas, infraestrutura logística e crédito subsidiado (Busca, 2024), essa expansão acelerou a conversão da vegetação nativa, atualmente preservada em apenas cerca de 50% do bioma Cerrado (MAPBIOMAS, 2023). Como já alertava Santos (1996), a heterogeneidade desses processos é determinante: no Matopiba, predomina a expansão via desmatamento, enquanto em outras áreas do bioma observa-se a intensificação produtiva sobre regiões previamente antropizadas, revelando uma apropriação desigual das tecnologias e a ampliação dos estoques de terra sem correspondente democratização do acesso.

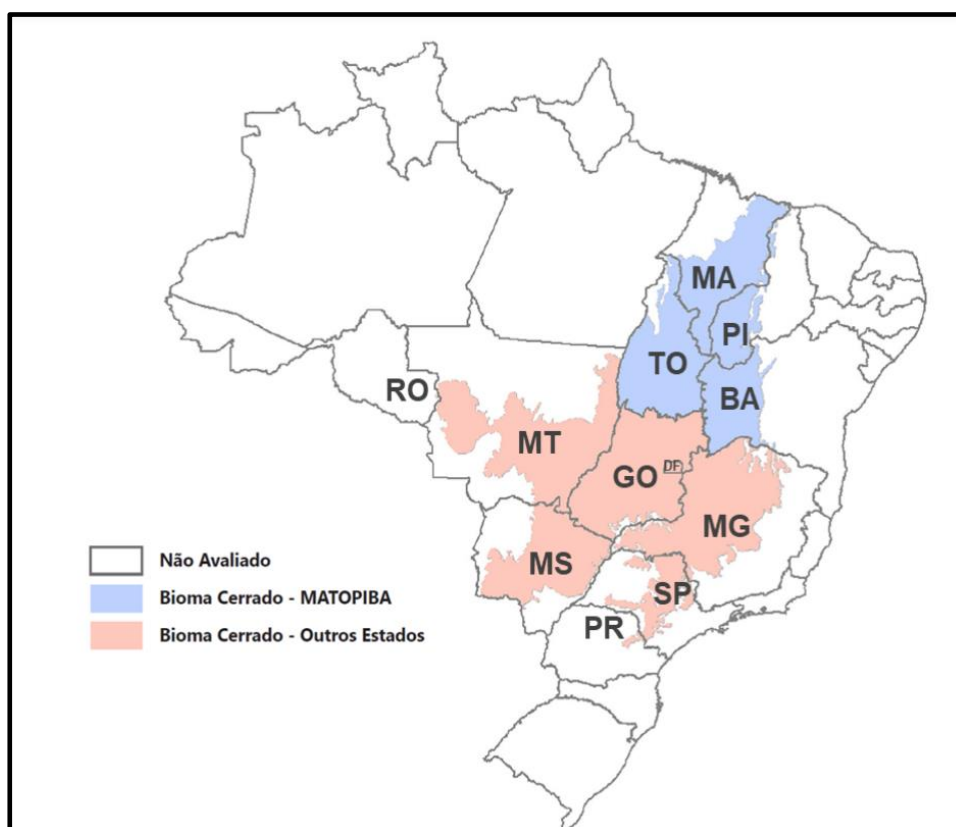
Com o objetivo de explicitar o recorte espacial adotado e a distinção analítica entre regiões agrícolas consolidadas e novas fronteiras de expansão do agronegócio no Cerrado, a Figura 1 apresenta a delimitação das áreas classificadas como “Matopiba” e “Outros Estados”

---

<sup>3</sup> Busca (2024) analisa os efeitos da expansão agropecuária no Cerrado, particularmente na região baiana do Matopiba, onde o avanço das monoculturas transforma profundamente a organização do território. Seu argumento central demonstra como a acumulação capitalista no agronegócio se fundamenta em processos destrutivos – desde a expropriação de recursos naturais até a exploração intensiva do solo. Esse modelo, segundo o autor, gera simultaneamente concentração de riqueza, desigualdades territoriais e degradação ambiental. Busca (2024) problematiza ainda a racionalidade econômica desse sistema, evidenciando seus impactos negativos: tanto a exclusão de populações tradicionais quanto a acelerada destruição de ecossistemas.

no interior do bioma. O mapa evidencia que o Matopiba se concentra majoritariamente nas porções setentrional e nordeste do Cerrado, abrangendo áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, enquanto os “Outros Estados” correspondem às regiões onde a agricultura mecanizada apresenta maior grau de consolidação histórica, como Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Essa diferenciação espacial é central para a análise desenvolvida ao longo do artigo, pois permite compreender que os processos recentes de expansão da sojicultura, do desmatamento e dos conflitos territoriais não se distribuem de forma homogênea no bioma. Ao contrário, concentram-se de maneira seletiva no Matopiba, região marcada por dinâmicas mais recentes de abertura de fronteira, intensa conversão de vegetação nativa e fragilidades institucionais na governança territorial. Assim, a Figura 1 não apenas localiza o recorte empírico da pesquisa, mas também fundamenta a comparação entre padrões distintos de uso e apropriação do território no Cerrado.

**Figura 1** – Destaque para as regiões “Outros Estados” e “Matopiba” no bioma Cerrado



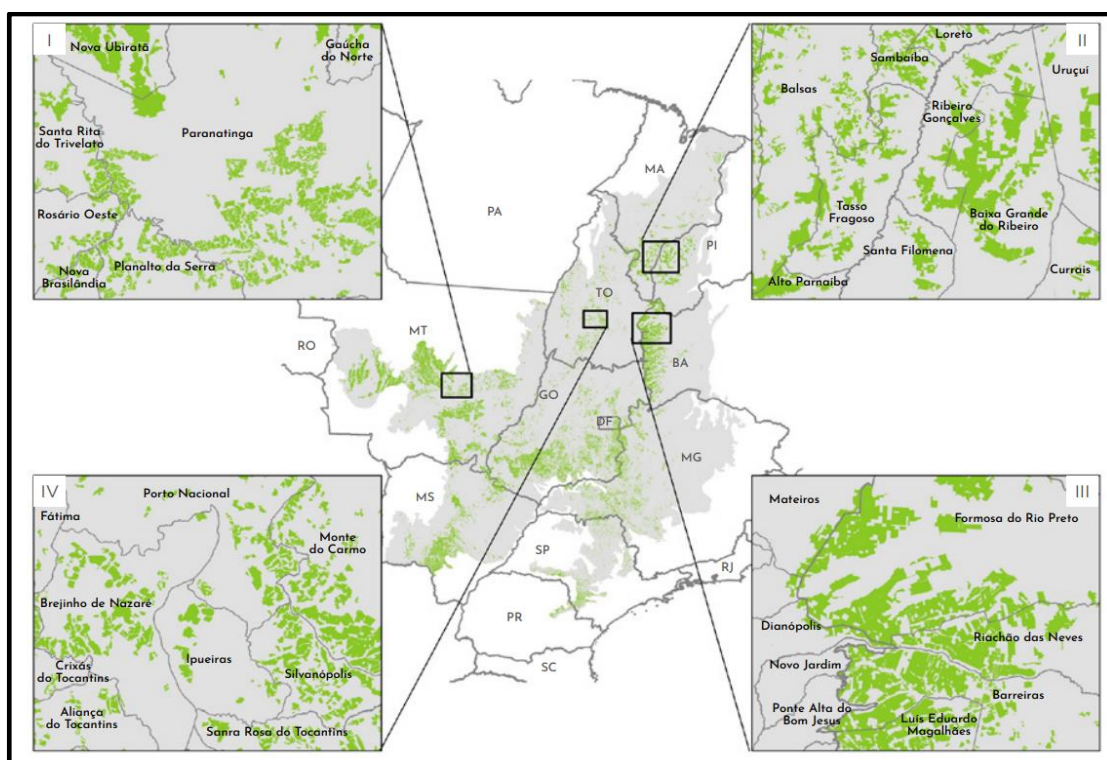
Fonte: Agrosatélite (2021).

Até os anos 1980, o território atualmente reconhecido como Matopiba era predominantemente ocupado pela pecuária extensiva, organizada sob lógica latifundiária e com

baixa densidade técnica (Santos, 1996). A partir da inserção do agronegócio globalizado, essa região passa a ser progressivamente reconfigurada como fronteira agrícola, processo marcado pela acumulação por espoliação (Harvey, 2005) e pela legitimação estatal de uma racionalidade técnico-mercadológica orientada à valorização do capital. A expansão da monocultura em larga escala materializa, nesse sentido, um projeto hegemônico de espaço (Lefebvre, 1991), no qual modos de vida tradicionais são substituídos por circuitos corporativos globais de produção e circulação de *commodities* (Alves, 2020). A sojicultura torna-se, assim, expressão concreta da tensão entre a globalização e as dinâmicas locais, convertendo o território em espaço fluido de avanço sobre biomas e comunidades (Santos, 2000). Esse movimento aproxima-se do que Haesbaert (1999) define como desterritorialização violenta, na medida em que projetos desenvolvimentistas dissolvem identidades, fragilizam vínculos territoriais e impõem uma lógica excludente de uso do espaço.

Com vistas a aprofundar a análise espacial desse processo, a Figura 2 apresenta a distribuição da cultura da soja no Cerrado no ano-safra 2020/21, destacando áreas que registraram crescimento expressivo da atividade. O mapa evidencia que a expansão da sojicultura não ocorre de forma contínua, mas se organiza por manchas descontínuas e eixos seletivos de avanço, especialmente concentrados nas porções centrais e setentrionais do bioma. Destacam-se, nesse padrão, áreas associadas às novas fronteiras agrícolas do Matopiba, onde a incorporação de terras ocorre de maneira acelerada e frequentemente articulada a investimentos logísticos, crédito rural e tecnologias de correção de solos.

**Figura 2** - Mapa da cultura da soja no cerrado para o ano safra 2020/21, destacando regiões que apresentaram significativa expansão da sojicultura



Fonte: Agrosatélite (2021).

Nesse contexto, a incorporação de áreas como “Novo Ubrado” e “Bozoiro Oeste” simboliza a expansão de novas fronteiras agrícolas orientadas por uma modernização seletiva (Busca, 2024), que prioriza infraestruturas logísticas e ganhos de produtividade em detrimento da sustentabilidade socioambiental. A padronização do espaço, evidenciada por sequências numeradas como “M1” a “M626”, expressa a homogeneização imposta pela lógica das *commodities*, reduzindo a complexidade do Cerrado a unidades produtivas abstratas e funcionalizadas ao mercado global (Egger, 2023; Sassen, 2016; Haesbaert, 2004). Esse processo, contudo, não se desenvolve de forma linear ou consensual. Conflitos fundiários mapeados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2021) e a perda de 7.340 km<sup>2</sup> de vegetação nativa apenas no ano de 2020 (MAPBIOMAS, 2023) revelam contradições profundas entre crescimento econômico e justiça socioambiental, evidenciando os limites do discurso desenvolvimentista associado ao agronegócio.

A dimensão quantitativa desse avanço é aprofundada no Quadro 1, que demonstra a reconfiguração territorial da sojicultura no Cerrado entre 2000 e 2021. Estados como Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul consolidaram-se como polos hegemônicos da produção, com crescimentos superiores a 1.000% no período, refletindo a verticalização do espaço por

meio de tecnologias e capitais transnacionais. Paralelamente, a ascensão do Matopiba, cuja área cultivada com soja saltou de 970.227 para 4.716.951 hectares, evidencia a fronteira agrícola como espaço de contradições (Busca, 2024), onde a racionalidade econômica se sobrepõe à sustentabilidade ambiental e social. Como assinala Silva (1982), o planejamento regional brasileiro tem privilegiado a integração aos mercados globais em detrimento da diversificação produtiva e do fortalecimento das economias locais, reforçando assimetrias territoriais. A expansão da soja no Cerrado constitui, portanto, um processo geográfico complexo, imbricado em redes de poder, técnica e capital, que redefine o território sob a égide do agronegócio e produz uma rugosidade espacial marcada por desigualdades persistentes (Santos, 2000).

**Quadro 1** - Área de soja em hectares no bioma Cerrado, por estado e para as regiões “Outros Estados” e “Matopiba” para as safras 2000/01, 2006/07, 2013/14, 2016/17, 2018/19, 2019/20, 2020/21

Estado	2000/01	2006/07	2013/14	2016/17	2018/19	2019/20	2020/21
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
DF	39.862	55.101	80.211	88.572	93.496	85.447	84.867
GO	1.678.199	2.323.737	3.472.889	3.644.519	3.954.372	4.106.060	4.379.545
MG	683.194	803.508	1.267.109	1.531.541	1.778.323	1.789.656	1.953.439
MS	694.317	959.161	1.375.051	1.652.907	1.848.181	2.020.460	2.166.916
MT	3.019.902	3.982.035	5.524.610	5.630.600	5.636.978	5.780.725	5.883.555
PR	50.909	64.819	70.952	79.499	91.831	94.532	96.070
SP	389.653	242.462	402.992	496.431	618.544	646.924	719.162
RO	0	0	0	431	489	453	476
<b>Outros Estados</b>	<b>6.556.036</b>	<b>8.430.823</b>	<b>12.193.814</b>	<b>13.124.500</b>	<b>14.022.214</b>	<b>14.524.257</b>	<b>15.284.031</b>
MA	221.542	434.510	680.550	748.482	816.521	831.302	902.364
TO	76.905	256.767	675.835	914.009	1.018.243	1.089.381	1.171.582
PI	57.711	223.587	617.219	653.375	718.304	718.562	799.638
BA	614.069	771.528	1.433.741	1.627.367	1.629.217	1.669.201	1.843.368
<b>MATOPIBA</b>	<b>970.227</b>	<b>1.686.393</b>	<b>3.407.345</b>	<b>3.943.233</b>	<b>4.182.285</b>	<b>4.308.446</b>	<b>4.716.951</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.526.263</b>	<b>10.117.215</b>	<b>15.601.159</b>	<b>17.067.733</b>	<b>18.204.499</b>	<b>18.832.703</b>	<b>20.000.982</b>

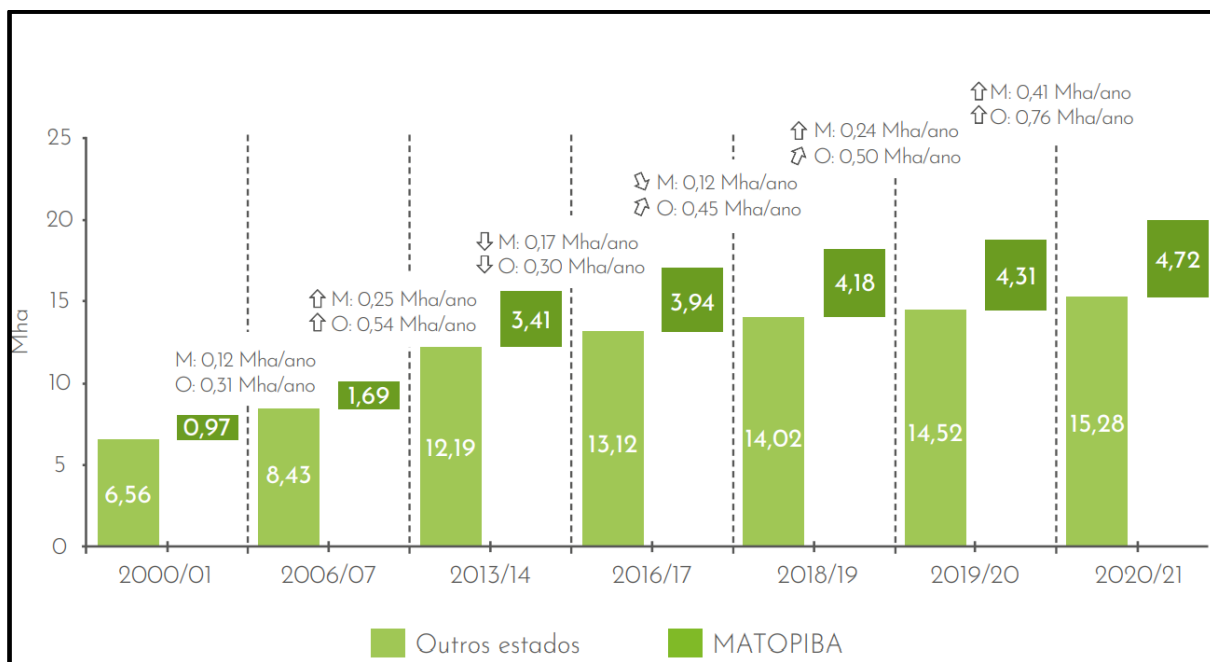
Fonte: Agrosatélite (2021).

Com o intuito de analisar a dimensão temporal da expansão da sojicultura no Cerrado e aprofundar a distinção entre regiões agrícolas consolidadas e novas fronteiras de expansão, a Figura 3 apresenta a evolução da área cultivada com soja entre as safras 2000/01 e 2020/21 nos “Outros Estados” e no Matopiba. Os dados revelam dinâmicas territoriais marcadas por ritmos diferenciados de crescimento, expressando a dualidade entre áreas historicamente consolidadas

e regiões de incorporação recente ao agronegócio. Enquanto os “Outros Estados” apresentaram incrementos mais moderados no início do período, com taxas médias de 0,12 Mha/ano entre 2000/01 e 2006/07, o Matopiba destacou-se por uma aceleração expressiva da expansão, atingindo taxas de até 0,54 Mha/ano entre 2006/07 e 2013/14. Esse comportamento reflete o que Gomes (2020) denomina fronteira contemporânea, caracterizada por processos de ocupação acelerada mediados por tecnologias de correção de solos e pela inserção subordinada às lógicas agroexportadoras.

A escalada da sojicultura no Cerrado, evidenciada pelos picos de área cultivada ao longo da série histórica, como os 15,28 milhões de hectares registrados em 2018/19, expressa a crescente inserção do Brasil na geopolítica global das *commodities*, ilustrando a modernização socialmente desigual e espacialmente seletiva do agronegócio (Busca, 2024). Tal dinâmica ecoa as observações de Ab’Sáber (2003) acerca da transformação de ecossistemas frágeis em polos produtivos sob o mito do vazio territorial, narrativa que desconsidera a presença de populações tradicionais e tende a intensificar conflitos socioambientais. Essa seletividade territorial manifesta-se de forma clara no Matopiba, região planejada para a expansão da agricultura científica globalizada, onde o meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994) confere elevada densidade tecnológica às Regiões Produtivas do Agronegócio (Elias, 2011). Nesse contexto, a ampliação das infraestruturas logísticas e a crescente demanda externa, especialmente do mercado chinês, reforçam os circuitos espaciais produtivos (Santos, 1988), transformando a região em elo estratégico de cadeias transnacionais que impõem o uso corporativo do território por meio da substituição de formações naturais por monoculturas.

**Figura 3** – Evolução da área de soja entre as safras 2000/01 e 2020/21 nos Outros Estados e no MATOPIBA



Fonte: Agrosatélite (2021).

Contudo, a integração produtiva do Cerrado às cadeias globais do agronegócio acentua disparidades regionais e sociais, ao reproduzir padrões históricos de dependência e especialização primária (Busca, 2024). Como já advertia Caio Prado Júnior (2011), a economia brasileira mantém seu caráter periférico e subordinado à exportação de monoculturas, padrão que, no contexto contemporâneo, passa a ser revestido pela intensa tecnificação do agronegócio. Essa modernização conservadora exclui sistematicamente os agentes do circuito inferior da economia, como agricultores familiares e comunidades tradicionais, resultando em concentração fundiária, frequentemente associada à grilagem de terras, ao empobrecimento e ao agravamento dos conflitos socioambientais (Busca, 2024). Embora as taxas de expansão da sojicultura apresentem desaceleração em períodos mais recentes, como o acréscimo de 4,18 milhões de hectares entre as safras 2019/20 e 2020/21, tal movimento pode indicar tanto a saturação de áreas disponíveis quanto o efeito de pressões regulatórias, sem, contudo, alterar a lógica estrutural do modelo. Permanecem, assim, os impactos ambiental e culturalmente devastadores, expressos no avanço do desmatamento, na contaminação hídrica e na destruição da sociobiodiversidade. Como argumenta Diniz (2002), o planejamento regional deveria articular produtividade e sustentabilidade, evitando que o crescimento econômico aprofunde desigualdades territoriais. Nesse sentido, a Figura 3 sintetiza as contradições de um modelo que redefine territórios em função do capital global, tensionando de forma persistente crescimento

econômico e justiça socioambiental (Gomes, 2020). Essa dinâmica alinha-se à compreensão de que a natureza é progressivamente convertida em recurso para a acumulação flexível, reproduzindo o que Silva (2022) e a CPT (2022) identificam como o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

A expansão do agronegócio no Cerrado, em especial no Matopiba, evidencia as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento das forças produtivas pautado na acumulação capitalista e na globalização periférica. A conversão acelerada de ecossistemas complexos em monoculturas de *commodities*, respaldada por políticas estatais e tecnologias agroindustriais, reconfigura o território como espaço fluido de interesses transnacionais, aprofundando desigualdades socioespaciais e degradação ambiental. Conflitos fundiários, perda de biodiversidade e a marginalização de comunidades tradicionais expõem a violência da acumulação por espoliação, que subjuga horizontalidades locais às verticalidades do mercado global. Diante disso, urge repensar paradigmas de modernização, integrando planejamento regional crítico, zoneamentos ecológico-econômicos e a valorização de saberes tradicionais, para transcender a dicotomia entre produção e preservação. Somente assim será possível conciliar justiça socioambiental com um desenvolvimento que respeite a rugosidade do Cerrado — não como recurso a ser explorado, mas como espaço-mundo de coexistência entre humanos e natureza.

### **Contradições na dinâmica do desmatamento do cerrado: Concentração espacial, expansão agroindustrial e conflitos socioambientais no Matopiba**

Entre 2001 e 2020, o desmatamento no Cerrado apresentou um declínio geral nas taxas anuais, mas com uma concentração espacial crescente. Enquanto a média de área desmatada caiu de 3 Mha/ano para 0,7 Mha/ano, o Matopiba — que corresponde a apenas um terço do bioma — responde por dois terços da devastação recente. Essa expansão seletiva do agronegócio<sup>4</sup> (Alves, 2022) revela uma contradição: a aparente redução numérica mascara a intensificação regional da degradação. As políticas de crescimento hegemonicamente orientadas pelo agronegócio têm promovido a substituição de ecossistemas nativos por

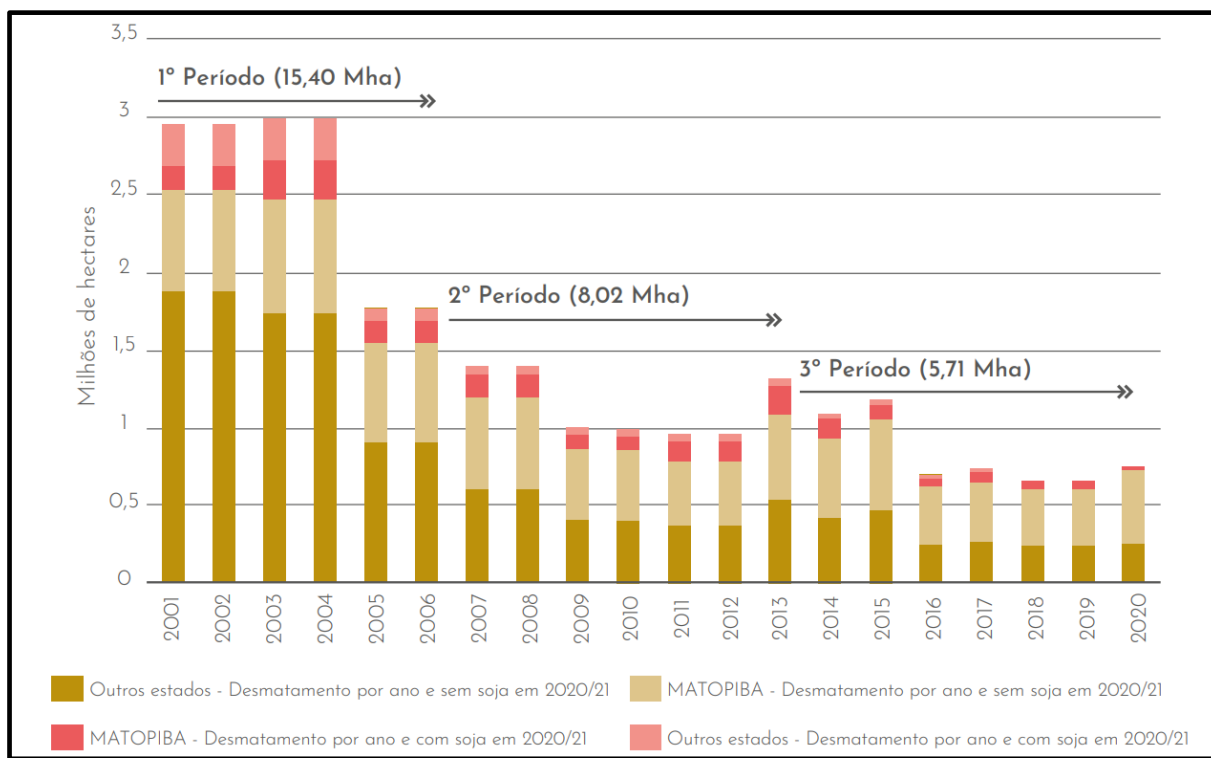
---

<sup>4</sup> De acordo com Alves, (2022), a expansão seletiva do agronegócio refere-se ao processo pelo qual o movimento de modernização técnica e econômica do território privilegia apenas áreas específicas com maiores potenciais para o desenvolvimento da atividade agropecuária capitalizada. Essa dinâmica aprofunda as diferenciações espaciais ao assegurar que somente certas porções do território nacional, dotadas de condições técnicas e organizacionais favoráveis, recebam o aporte do capital produtivo moderno. Consequentemente, tal fenômeno induz uma elevada seletividade espacial que tende a marginalizar outras economias e modos de vida preexistentes, como a produção camponesa agroextrativista e a pecuária tradicional.

monoculturas, aprofundando conflitos socioambientais e tensionando a sustentabilidade de um modelo que dissocia crescimento econômico de justiça territorial e equilíbrio ecológico. Esse processo, contudo, não se impõe de forma absoluta, sendo permanentemente confrontado por uma diversidade de pautas, práticas e projetos territoriais mobilizados por comunidades camponesas, indígenas e tradicionais no Cerrado (Araújo; Araújo Sobrinho, 2025b)

A redução nos “Outros Estados” (Figura 4), pode refletir saturação de fronteiras agrícolas tradicionais, enquanto o Matopiba, polo da soja, simboliza a *commodificação* do espaço (Harvey, 2005), onde o bioma é convertido em ativo econômico. A soma de 29,13 Mha desmatados em duas décadas evidencia a persistência de um modelo extrativista, alinhado ao que Becker (2009) denomina geopolítica da ocupação, que subordina o planejamento regional a interesses setoriais. Apesar da desaceleração quantitativa, a concentração no Matopiba demanda reflexão crítica sobre a sustentabilidade socioambiental, já que a soja — principal vetor local — está associada a conflitos fundiários e perda de biodiversidade, conforme alertam estudos do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2025). Assim, os dados não apenas ilustram mudanças estatísticas, mas revelam tensões entre crescimento econômico e justiça territorial, exigindo abordagens interdisciplinares.

**Figura 4** – Taxas anuais de desmatamento no bioma Cerrado de 2001 a 2020 (29,13 Mha) e em cada um dos três períodos considerados neste estudo com destaque para a porção anualmente desmatada e convertida para soja com base na safra 2020/21



Fonte: Agrosatélite (2021).

A transformação do uso e cobertura da terra no Cerrado brasileiro, impulsionada pela expansão da sojicultura, revela-se como um fenômeno complexo que demanda uma análise dialética entre agentes econômicos, dinâmicas territoriais e vulnerabilidades ambientais. Seguindo Aziz Ab’Sáber (2003), para quem o Cerrado constitui um domínio morfoclimático singular, a categorização das mudanças observadas foi estruturada em três eixos interdependentes: 1) substituição direta de vegetação nativa por soja (expansão com desmatamento); 2) conversão de áreas antropizadas preexistentes (expansão sem desmatamento); e 3) retração produtiva, caracterizada pelo abandono temporário ou definitivo de cultivos. Essa tipologia, elaborada a partir de séries históricas do mapeamento da soja (Agrosatélite, 2021) e dados do PRODES-Cerrado (INPE, 2021), não apenas quantifica impactos, mas dialoga com a noção de espaço geográfico como processo proposta por Milton Santos (1996), no qual o território se configura como palco de conflitos entre lógicas produtivas e desenvolvimento sustentável.

A relação entre a expansão da sojicultura e o desmatamento no Cerrado é examinada na Figura 5, que apresenta a evolução da área de soja com e sem desmatamento nos “Outros

Estados” e no Matopiba em três períodos distintos entre as safras 2000/01 e 2020/21. A análise da expansão da soja no Cerrado entre 2000 e 2021 revela uma contradição fundamental no modelo agrícola brasileiro. Embora 43% da expansão recente tenha ocorrido em áreas já antropizadas — sugerindo potencial de intensificação sustentável, 57% avançaram sobre vegetação nativa (Agrosatélite, 2021). Essa dinâmica é particularmente crítica no Matopiba, onde 58% da expansão (2,7 milhões de ha) entre 2013 e 2021 ocorreu via desmatamento. Os dados confirmam a tese de Harvey (2005) sobre a transformação capitalista da natureza em mercadoria, onde externalidades socioambientais são sistematicamente negligenciadas.

**Figura 5** – Expansão da área de soja com e sem desmatamento no bioma Cerrado, nos Outros Estados e no Matopiba em três períodos: 2000/01 a 2020/21



Fonte: Agrosatélite (2021).

A aparente dualidade entre desmatamento e intensificação produtiva no Cerrado mascara uma contradição estrutural do modelo agroexportador brasileiro. A expansão sem desmatamento (53,2% entre 2006/07-2013/14) pode sugerir eficiência, mas frequentemente

oculta processos de concentração fundiária e exclusão de comunidades tradicionais (Cerqueira *et al.*, 2020; Araújo; Araújo Sobrinho, 2025b). No Matopiba, onde o desmatamento persistiu em 39,6% no mesmo período, evidencia-se a subordinação das políticas ambientais aos interesses do capital (Santos, 1996). Essa dinâmica é acelerada pela demanda internacional por *commodities*, o que transforma a terra em ativo financeiro e intensifica a grilagem (Oliveira, 2020) — prática historicamente facilitada por marcos legais desde a Lei de Terras de 1850. O resultado é uma espiral de especulação imobiliária agrícola, expropriação de populações tradicionais e destruição ecossistêmica.

Compreender as dinâmicas territoriais e socioeconômicas associadas ao desmatamento e à expansão da soja no Cerrado entre 2014 e 2020 é fundamental, conforme ilustrado na (Figura 6). Os dados do PRODES-Cerrado/INPE revelam que, no bioma, 89,4% da área desmatada (5.189.259 há) não foi convertida para soja na safra 2020/21, enquanto 10,6% (617.544 há) sofreram essa transformação. Essa disparidade sugere uma complexidade nas relações entre desmatamento e agricultura comercial, nem sempre linear, como discutido por Becker (2009) ao abordar a fronteira móvel na Amazônia, conceito aplicável ao Cerrado. A soja, enquanto *commodity* globalizada (Harvey, 2005), atua como vetor de reorganização espacial, mas outros fatores, como especulação fundiária e pecuária, também influenciam a perda vegetal.

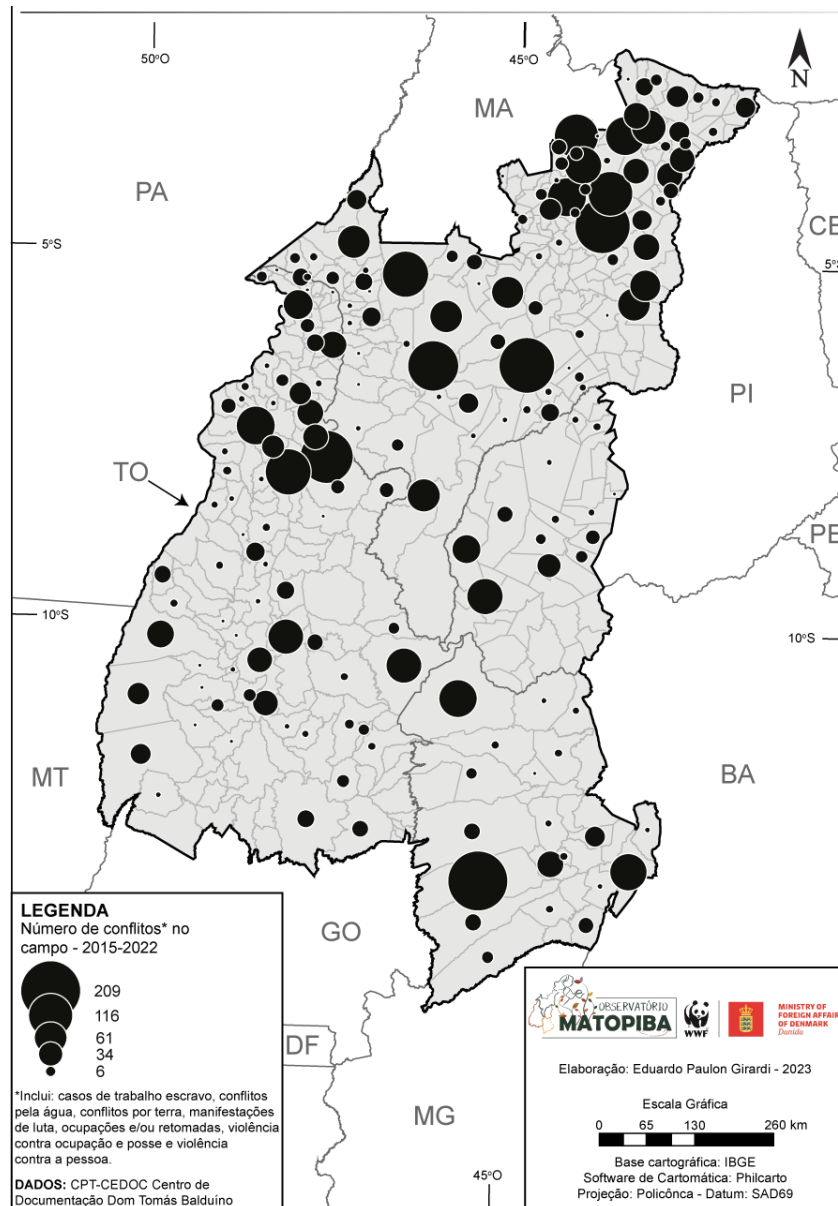


estados, evidencia uma desconexão estrutural entre degradação ambiental e produtividade agrícola. Essa dinâmica corrobora a tese do desmatamento especulativo (Cerqueira *et al.*, 2020), segundo a qual a fragilidade da governança fundiária sustenta ciclos de degradação ambiental sem retorno econômico claro, aprofundando conflitos socioambientais.

O cultivo rotativo de milho e algodão (*double cropping*) exemplifica a intensificação tecnológica que concentra terras e renda, ampliando desigualdades regionais. Comunidades como São Rezende da Mapeabana, Mandaba e Santa Florença representam espaços de resistência onde práticas coletivas e relações não mercantis persistem sob constante risco de expropriação. O desmatamento associado à soja — visível na Figura 7 — corrobora a crítica de Cerqueira *et al.* (2020) e Araújo e Araújo Sobrinho (2025b) ao crescimento predatório, que prioriza lucros de curto prazo em detrimento da sustentabilidade socioambiental. Paralelamente, a retração da soja em áreas convertidas para pousio ou outras culturas revela uma dinâmica cíclica de esgotamento do solo, típica da agricultura itinerante em larga escala. Essa lógica não apenas aprofunda desigualdades, mas também desloca populações rurais e consolida o controle territorial por corporações transnacionais, expondo a insustentabilidade do modelo hegemônico.

A expansão do agronegócio globalizado no Matopiba, intensificada a partir do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) de 2015 (Brasil, 2020), reflete-se na escalada de conflitos agrários representados na (Figura 7). Dados da CPT (2023) evidenciam que, em 2020, a região registrou 19 conflitos, com o Maranhão concentrando 53% dos casos, seguido por Tocantins (27,7%), Piauí (11,2%) e Bahia (6%). Ademais, o Oeste Baiano acumulou 140 conflitos entre 2003 e 2020, refletindo a dinâmica de apropriação corporativa do território (Busca, 2024). Essa realidade é agravada por práticas como especulação fundiária e grilagem (Nascimento, 2020), que marginalizam pequenos produtores e comunidades tradicionais.

Figura 7 – Matopiba – Conflitos no campo – 2015 – 2022



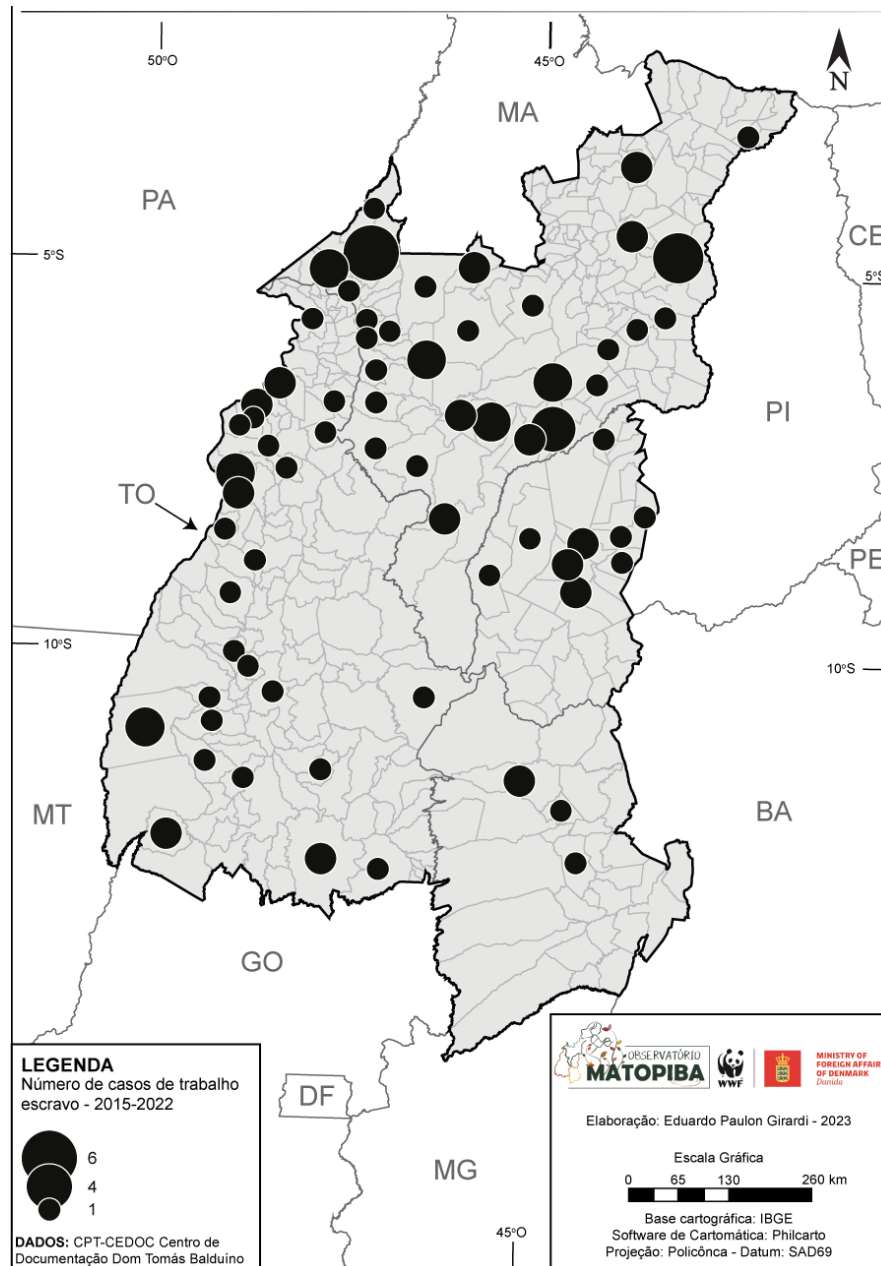
Fonte: Eduardo Paulon Girardi (2023).

A municipalização da regularização fundiária, ao transferir atribuições do INCRA para prefeituras, cria um cenário propício à apropriação irregular de terras. A autodeclaração sem verificação adequada de conflitos ou sobreposições com áreas públicas amplia disputas fundiárias (Araújo, 2023). Paralelamente, iniciativas como o Decreto nº 10.592/2020 e o PL 490/2007 facilitam a exploração econômica de terras ao desbloquear áreas indígenas e unidades de conservação. Essas políticas, combinadas com a fragilidade institucional do Estado — marcada por cadastros incompletos e falta de georreferenciamento preciso — beneficiam grileiros e setores do agronegócio (Alentejano, 2022; Araújo, 2023). A atuação da Frente

Parlamentar da Agropecuária (FPA) ilustra essa tendência, ao promover flexibilizações normativas em nome da competitividade (Busca, 2024). Essa convivência estatal com a “ordem grileira-proprietária” institucionaliza práticas violentas como pistolagem e invasões, consolidando um modelo baseado na exclusão e na violência (CPT, 2022).

O governo Bolsonaro (2019-2022) intensificou conflitos fundiários através de uma “contrarreforma agrária” (Alentejano, 2022; Araújo, 2023). A Medida Provisória nº 910/2019 e a Instrução Normativa nº 9/2020 legitimaram ocupações irregulares em terras públicas (Brasil, 2019; CPT, 2023), enquanto o PL 490/2007, ao propor o marco temporal, ampliou a vulnerabilidade de territórios indígenas. Essas medidas resultaram em violência extrema: em 2022, 65,6% dos assassinatos rurais ocorreram na Amazônia Legal, com 58,4% das vítimas sendo lideranças (CPT, 2023). Entre 2015 e 2022, a persistência do trabalho análogo à escravidão no Matopiba — documentada na Figura 8 — revela a continuidade dessa violação, com mecanismos de sujeição como endividamento fraudulento e coerção violenta afetando populações vulneráveis. O caso de Lucas do Rio Verde (MT) ilustra a convergência entre precariedade socioeconômica e atuação predatória de intermediários. Esse quadro agravou-se após 2017 devido à reforma trabalhista e ao desmonte das fiscalizações, reforçando a dimensão política da exploração (Araújo; Araújo Sobrinho, 2025a). Iniciativas como a campanha “De Olho Aberto para Não Virar Escravo” (CPT, 1997) evidenciam a importância da mobilização social para combater a invisibilidade imposta pelo capital e pelo Estado.

Figura 8 – Matopiba – Casos de trabalho escravo – 2015 – 2022



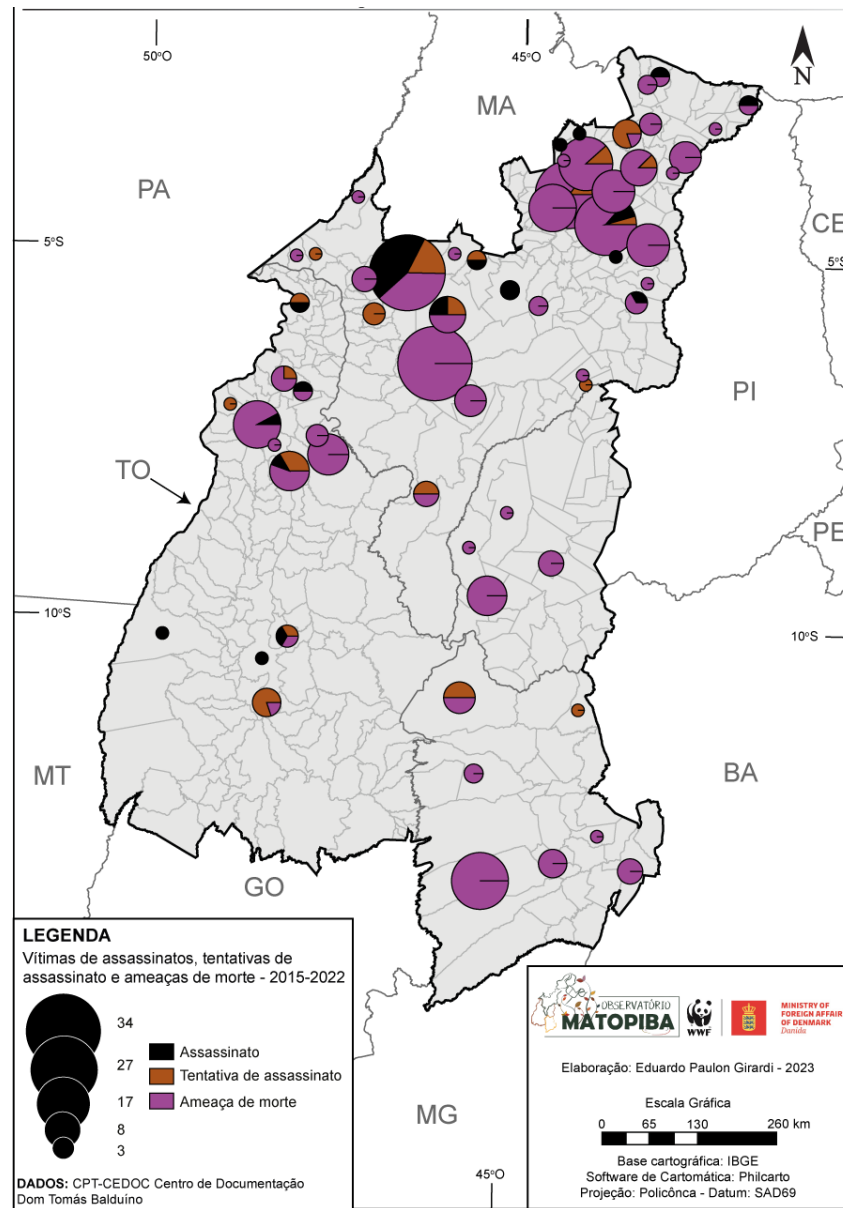
Fonte: Eduardo Paulon Girardi (2023).

A exploração do trabalho análogo à escravidão constitui uma das expressões mais contundentes das contradições sociais associadas à expansão do agronegócio em áreas de fronteira agrícola no Brasil, sendo particularmente relevante para a compreensão do processo em curso no Matopiba. Nos termos do Artigo 149 do Código Penal, essa prática caracteriza-se pela submissão de trabalhadores a condições degradantes, jornadas exaustivas e restrição de liberdade por meio de endividamento forçado ou retenção de documentos (Brasil, 2003), evidenciando a persistência de relações coercitivas no interior de um modelo produtivo

altamente tecnificado e integrado aos mercados globais. Embora o país tenha estruturado instrumentos institucionais importantes de enfrentamento, como o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, criado em 1995, e o cadastro de empregadores conhecido como “Lista Suja”, em vigor desde 2003, a efetividade dessas políticas tem sido sistematicamente fragilizada por vetos à divulgação do cadastro e por tentativas recorrentes de flexibilização do conceito legal de trabalho escravo. Esse enfraquecimento institucional produz um ambiente de baixa responsabilização, no qual práticas de superexploração do trabalho se tornam funcionais à expansão acelerada da fronteira agrícola, sobretudo em contextos marcados por fragilidades fundiárias, informalidade e assimetrias de poder.

Esse cenário de impunidade e coerção laboral articula-se a uma dinâmica territorial mais ampla de violência no Matopiba, revelando que a exploração do trabalho não constitui um fenômeno isolado, mas parte de um sistema de controle territorial associado à expansão do capital agrário. Em 2022, a região registrou 47 assassinatos e 206 ameaças relacionadas a conflitos no campo (CPT, 2023) (Figura 9), indicando que a violência letal opera como instrumento recorrente de disciplinamento e eliminação de resistências. É nesse contexto que a noção de necropolítica (Mbembe, 2016) se torna operativa para a análise, não como rótulo abstrato, mas como chave interpretativa que permite compreender como determinadas populações, especialmente indígenas, quilombolas e trabalhadores sem-terra são sistematicamente expostas à morte social e física como condição para a reprodução da fronteira do agronegócio. Articulada à lógica da acumulação por despossessão (Harvey, 2005), essa combinação entre conflitos fundiários, trabalho análogo à escravidão e violência letal aponta para a consolidação de um estado de exceção territorializado, no qual a suspensão de direitos e a eliminação de opositores deixam de ser desvios e passam a operar como estratégias normalizadas de expansão do capital.

Figura 9 – Matopiba – Assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte – 2015 – 2022



Fonte: Eduardo Paulon Girardi (2023).

A análise evidencia que a aparente redução nas taxas globais de desmatamento no Cerrado oculta uma concentração espacial crítica no Matopiba, revelando contradições intrínsecas ao modelo agroindustrial. A soja, principal vetor de transformação territorial, avança simultaneamente sobre ecossistemas nativos e áreas antropizadas, aprofundando conflitos socioambientais e desigualdades históricas. Essa dinâmica obedece à lógica de fronteira móvel, onde a mercantilização do espaço (Harvey, 2005) prevalece sobre a sustentabilidade. A degradação persistente — frequentemente dissociada da produção imediata — sugere práticas especulativas e falhas estruturais de governança, mesmo após a implementação de instrumentos

como a moratória da soja. Conflitos fundiários, trabalho análogo à escravidão e violência letal desvelam a operação de uma necropolítica (Mbembe, 2016) que define quem pode viver ou morrer nesses territórios. Tais resultados desconstróem narrativas de progresso linear e demandam abordagens que articulem justiça territorial e equilíbrio ecológico, conforme preconizado por Santos (1996). O Cerrado consolida-se, portanto, como símbolo das tensões insolúveis entre crescimento e conservação no capitalismo contemporâneo.

### Considerações Finais

A dimensão espacialmente seletiva do agronegócio no Matopiba revela uma fronteira agrícola construída sob discursos de modernização e atração de migrantes, especialmente do Sul do país, mediante terras baratas e condições climáticas favoráveis. Essa modernização opera por meio da intensa aplicação do meio técnico-científico-informacional (MTCI), dotando a região de alta densidade tecnológica, insumos e informações, como correção de solos e motomecanização. A Embrapa desempenha papel central nesse processo, desenvolvendo tecnologias que otimizam a produção e incorporam novas áreas, transformando o Cerrado em celeiro global de *commodities* como soja, milho e algodão. Essa funcionalização do espaço resulta na formação de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs) e reconfigura a rede urbana local para atender exclusivamente às demandas do setor.

A expansão do agronegócio e de grandes projetos industriais no Brasil prioriza regiões selecionadas, impondo um “desenvolvimento” que avança sobre territórios tradicionais com violência estrutural. Apoiados por políticas governamentais — como isenções fiscais e crédito rural subsidiado, esses empreendimentos geram “territórios de sacrifício” para comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, enquanto são promovidos como progresso inevitável. Essa desigualdade reflete heranças coloniais, manifestas na concentração fundiária, exclusão racial e precarização laboral. Dados da Comissão Pastoral da Terra (1985-2021) confirmam que a região Norte é a mais violenta, com posseiros, sem-terra e indígenas como principais vítimas. Segundo Porto-Gonçalves (2006) e Mbembe (2018), essa lógica produtivista opera como necropolítica, gerenciando quem merece viver ou morrer, e produz simultaneamente morte ecológica (desmatamento, contaminação por agrotóxicos) e morte social (trabalho análogo à escravidão, expulsões, fome). O Estado, ao flexibilizar fiscalizações e negligenciar a reforma agrária, sustenta ativamente essa estrutura. Alternativas como a agroecologia e a demarcação

de terras existem, mas exigem romper com a política de extermínio (Araújo; Araújo Sobrinho, 2022).

Com base nas evidências analisadas, este estudo recomenda a reorientação do desenvolvimento das forças produtivas do agronegócio no Matopiba mediante a implementação urgente de um Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) participativo, que supere modelos técnico-burocráticos ao incorporar conhecimentos tradicionais de comunidades locais e povos originários nas decisões territoriais. Esta medida responde diretamente à descoberta de que 57% da expansão da soja no Cerrado entre 2000 e 2020 avançou sobre vegetação nativa (Figura 5), e deve priorizar a proteção de corredores ecológicos remanescentes e áreas de recarga hídrica, criticamente ameaçadas pelo avanço da fronteira.

No âmbito tecnológico, é fundamental promover a conversão gradual de áreas já antropizadas para sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e práticas de baixo carbono, mediante a criação de linhas de crédito específicas e programas de certificação diferenciada. Institucionalmente, propõe-se: (1) reestruturar os órgãos ambientais estaduais com dotação orçamentária adequada, uma necessidade evidenciada pela elevada proporção (89,4%) do desmatamento no Cerrado não convertido imediatamente para soja (Figura 6), o que sugere a ação de especulação fundiária facilitada pela frágil governança; (2) revisar radicalmente os critérios de concessão de crédito rural, vinculando-o ao cumprimento efetivo da legislação ambiental e trabalhista, como contraponto à financeirização da terra e à “ordem grileira-proprietária” identificada como motor de violência e expropriação; e (3) estabelecer uma câmara de conciliação para mediação de conflitos fundiários com participação direta das comunidades afetadas, medida urgente perante a triagem de conflitos fundiários-trabalho escravo-violência letal mapeada (Figuras 8 e 9), que consolida um “estado de exceção” na região.

Estudos futuros deveriam adotar abordagens interdisciplinares que integrem metodologias participativas — como cartografia social e etnografia — para amplificar as vozes das comunidades tradicionais impactadas pelo agronegócio no Matopiba, complementando assim as análises quantitativas de geoprocessamento. Seria igualmente relevante investigar as cadeias globais de *commodities* mediante técnicas de rastreamento (como blockchain), permitindo vincular práticas locais de desmatamento a mercados internacionais. A incorporação de modelos preditivos baseados em inteligência artificial poderia auxiliar na antecipação de cenários de conflitos socioambientais, enquanto análises de governança multiescalar (local, nacional e global) identificariam falhas e oportunidades nas políticas públicas. Ademais,

pesquisas sobre a financeirização da terra e seus impactos na especulação fundiária, articulando perspectivas da economia política e da ecologia política, ofereceriam insights fundamentais para a construção de modelos de desenvolvimento territorialmente justos e ecologicamente resilientes.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AGROSATÉLITE GEOTECNOLOGIA APLICADA. **Relatório de expansão da soja no bioma Cerrado (2000/01 a 2020/21)**. Florianópolis: Agrosatélite, 2021. Disponível em: <https://agrosatelite.com.br>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1-38, 2022. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434.
- ALVES, V. E. L. Agronegócio, apropriação dos recursos naturais e avanço dos impactos socioambientais nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). In: ALVES, V. (org.). **Do sertão à fronteira agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 279-312.
- ALVES, V. E. L. Expansão do agronegócio e os impactos socioambientais na região de cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). **Confins**, São Paulo, n. 45, 2020. DOI: 10.4000/CONFINS.28049.
- ARAÚJO, D. F. C. A internacionalização do agronegócio e a questão agrária brasileira no Governo Bolsonaro. **Revista DKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 513-543, 2023. DOI: 10.22478/ufpb.1982-3878.2023v17n2.65726. Disponível em: <http://www.dkara.ufpb.br>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- ARAÚJO, D. F. C.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Agronegócio, financeirização e conflitos socioambientais: a reconfiguração do cerrado e a ascensão do MATOPIBA no capitalismo contemporâneo. **Revista Contexto Geográfico**, v. 10, n. 24, p. 460-475, 2025a. DOI: 10.28998/contegeo.10i.24.20038. Acesso em: 12 jan. 2026.
- ARAÚJO, D. F. C.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Financeirização do território no Cerrado: MATOPIBA, verticalidades e conflitos socioambientais. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 26, n. 1, p. 232-264, 2025b. DOI: 10.33026/nh606e12. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/10957>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- ARAÚJO, D. F. C.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. O avanço do neoliberalismo e a reforma agrária brasileira. **Geopauta**, v. 6, 2022. DOI: 10.22481/rg.v6.e2022.10947. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/rg.v6.e2022.10947>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 10.592, de 25 de novembro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 nov. 2020. Seção 1, p. 8. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10592.htm). Acesso em: 1 mar. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas de operações de crédito rural, e dá outras providências [institui o PAA]. Brasília,

DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm). Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.838, de 4 de junho de 2019**. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar a anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóvel rural. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BUSCA, M. D. **Agricultura familiar e agricultura científica globalizada: relações e contradições no uso agrícola do território nos municípios do MATOPIBA baiano**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024. DOI: 10.500.12733/17235.

CASTILHO, R.; ELIAS, D.; PEIXINHO, D.; BUHLER, E.-A.; PEQUENO, R.; FREDERICO, S. Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-cidade e Reestruturação Urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n.18, p. 265-288, 2016. Disponível em:  
[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24490/1/2016\\_art\\_regi%c3%b5es.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24490/1/2016_art_regi%c3%b5es.pdf). Acesso em: 1 mar. 2026.

CASTILLO, R.; BERNARDES, J. Apresentação e apontamentos teóricos-metodológicos. *In*: CASTILLO, R.; BERNARDES, J. (org.). **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 7-16.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência no campo no Brasil: condicionantes socioeconômicos e territoriais**. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em:  
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. Acesso em: 23 mar. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1985-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. *In*: **Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. p. 239-274.

EGGER, D. S. **A crise de 2008 e as repercussões nos regimes de propriedade e uso da terra no MATOPIBA**. 2023. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ELIAS, D. Agronegócio e especialização territorial produtiva nos Cerrados do Nordeste do Brasil. *In*: MARQUES, M. I. M.; ALVES, V. E. L. (org.). **A fronteira do MATOPIBA: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH, 2024. p. 455-470.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-170, 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p153. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GOMES, C. M. S. **A formação de um novo mercado global de terras no Brasil: *land grabbing* e “última fronteira agrícola” - MATOPIBA**. 2020. 362 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/5838>. Acesso em: 23 fev. 2026.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 15–39, 2009. DOI: 10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13361.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 23 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). 2025. Disponível em: <https://ipam.org.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **TerraBrasilis: plataforma de dados geográficos**. São José dos Campos: INPE, 2024.

IORIS, A. A. R. Encroachment and entrenchment of agro-neoliberalism in the Centre-West of Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 51, p. 15-27, abr. 2017. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2017.01.011.

IORIS, A. A. R. The Politico-Ecological Economy of Neoliberal Agribusiness: Displacement, Financialisation and Mystification. **Area**, London, v. 48, n. 1, p. 84-91, 2016. DOI: 10.1111/area.12216. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24812199>.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 1991.

MAPBIOMAS. **Coleção 7.0 da Série Anual de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-7/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em “rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. DOI: 10.60001/ae.n32.p122%20-%20151.

MOREIRA, T. A. **Riscos ambientais e modernização agrícola**: o caso da depleção dos recursos hídricos em Barreiras-BA. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NASCIMENTO, F. P.; CAMBI, E. A. S. Dos conflitos agrários face o ordenamento jurídico brasileiro na corte interamericana dos direitos humanos. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 6, n. 3, p. 543-570, 2020.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. U. Grilagem, mercado de terras e conflitos no MATOPIBA e na Amazônia. *In*: MARQUES, M. I. M.; ALVES, V. E. L. (org.). **A fronteira do MATOPIBA**: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. v. 1. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 1-25.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROMERO, A. Á.; OLIVEIRA, A. R.; ROMERO, L. E. Á. Acumulación de capital, despojo y disputas de espacios agrarios en Brasil y México. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 297-316, 2018. DOI: 10.5216/bgg.v38i2.54611. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v38i2.54611>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SILVA, J. A. **Crise, desregulamentação e a eliminação das barreiras espaciais**: a incontrollabilidade sociometabólica do sistema do capital. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

### ***CRediT Author Statement***

---

- **Reconhecimentos:** Universidade de Brasília e ao Departamento de Geografia.
  - **Financiamento:** O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa, por meio de bolsa de pós-doutorado, cujo apoio foi fundamental para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e a realização deste estudo
  - **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
  - **Aprovação ética:** A pesquisa não envolveu a participação direta de seres humanos, nem a coleta de dados primários sensíveis, utilizando exclusivamente fontes secundárias e dados públicos. Dessa forma, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.
  - **Disponibilidade de dados e material:** Os dados utilizados neste estudo são de acesso público e provenientes de bases institucionais e materiais publicados por outros autores. As referências correspondentes encontram-se devidamente indicadas ao longo do artigo.
  - **Contribuições dos autores:** Daniel Féo Castro de Araújo: concepção e delineamento do estudo; definição do referencial teórico e metodológico; coleta, processamento e análise dos dados; elaboração dos mapas e Quadros; redação do manuscrito original e revisão final do texto. Fernando Luiz Araújo Sobrinho: supervisão científica da pesquisa de pós-doutorado; contribuição na discussão teórica e na interpretação dos resultados; revisão crítica do manuscrito, com sugestões conceituais e analíticas.
-